

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.493.525 - SP
(2019/0118438-8)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : DOUGLAS REGIS PORTO
ADVOGADOS : BRUNO DE SOUZA ALVES - SP357840
EDUARDO MARINI BORGES - SP365419
FABIANO DE CAMARGO - SP366857
AGRAVADO : ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS
FINANCEIROS
ADVOGADO : GIZA HELENA COELHO - SP166349

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de expediente avulso formado pela Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Privado em razão do recebimento eletrônico, em 24/06/2019, de agravo interno manejado por DOUGLAS RÉGIS PORTO, juntado às e-STJ fls. 03/11 dos autos do expediente avulso, interposto contra decisão da Presidência do Superior Tribunal de Justiça que não conheceu do recurso (e-STJ fls. 451/452 dos autos principais).

A referida Coordenadoria havia certificado o trânsito em julgado da decisão e a baixa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no dia 24/06/2019 (cf. e-STJ fl. 455 dos autos principais).

A parte alega a tempestividade recursal, pois, "considerando que a decisão agravada foi publicada no diário oficial no dia 30.05.2019, que a contagem do prazo se iniciou no dia 31.05.2019, que nos dias 20 e 21.06.2019 os prazos foram suspensos porque foi feriado e ponto facultativo (Provimento do TJSP anexo), o termo final do prazo é o dia 24.06.2019".

Defende o cabimento do agravo em recurso especial não conhecido pela Presidência deste STJ.

Pleiteia o conhecimento e provimento do agravo interno.

Os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

Passo a decidir.

Superior Tribunal de Justiça

Tenho que o recurso ou petição apresentado após a regular certificação do trânsito em julgado não merece processamento.

Ressalto, ainda, que, para fins de verificação da tempestividade do agravo interno, é indiferente a existência de feriado local ou expediente forense perante o tribunal de origem em razão de o agravo interno tramitar perante este Tribunal Superior.

Com efeito, a comprovação de feriado local na origem não se presta a demonstrar a tempestividade de recurso apresentado perante o Superior Tribunal de Justiça. Portanto, na hipótese, a interposição do agravo interno deve seguir o calendário do Superior Tribunal de Justiça.

Ilustrativamente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PRIMEIRO AGRAVO INTERNO. EXPEDIENTE AVULSO. INTEMPESTIVIDADE. TRÂNSITO EM JULGADO. SUSPENSÃO DE EXPEDIENTE FORENSE. TRIBUNAL LOCAL. IRRELEVÂNCIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. É intempestivo o agravo em recurso especial interposto após o prazo de 15 (quinze) dias, de acordo com os arts. 1.042, caput, e 1.003, § 5º, c/c art. 219, caput, do CPC/2015.

3. A comprovação de feriado local na origem não se presta a comprovar a tempestividade do agravo interno apresentado perante o Superior Tribunal de Justiça. Precedentes.

4. O CPC/2015 determina que a intempestividade é vício grave e insanável. Precedente da Corte Especial.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt nos EDcl no AgInt no AREsp 969.118/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 23/03/2018)

Dessa forma, o recurso apresentado após a regular certificação do trânsito em julgado não merece processamento.

Ante o exposto, não conheço do agravo interno.

Superior Tribunal de Justiça

Restituam-se os autos ao Tribunal de Justiça de origem.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator

